



Adoção das Normas Contábeis Internacionais e a Aproximação entre a Contabilidade Gerencial e Financeira: Estudo de Caso em uma Cia de Telecomunicações

Eliane Cristina da Silva
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
helyanecs@yahoo.com.br

Wemerson Gomes Borges
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
wemersongb@hotmail.com

Edvalda Araújo Leal
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
Edvalda@facic.ufu.br

Valdiney Alves de Oliveira
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
valdiney@facic.ufu.br

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar como a implementação das IFRS (*International Financial Reporting Standards*) conduziu a contabilidade societária para um cenário de aproximação com a realidade econômica do negócio e seus impactos na tomada de decisão, em relação às informações por Segmento e Imobilizado. O estudo foi classificado, quanto à abordagem do problema, como qualitativo e, para alcance do objetivo proposto no que tange aos procedimentos, foi adotado um estudo de caso em uma companhia do segmento de telecomunicações. A fim de assegurar a confiabilidade do estudo de caso, foi organizado um protocolo de investigação, tendo sido feita a coleta de dados por meio de entrevistas com gestores das áreas de controladoria e planejamento. Para a triangulação dos dados, foi utilizada a pesquisa documental, bem como a análise dos relatórios financeiros consolidados do ano de 2013 e, para sustentação da pesquisa documental, o estudo foi baseado no princípio da teoria da agência, com o foco de averiguar a redução da assimetria informacional do relatório contábil com a convergência das normas contábeis. Constatou-se que houve uma aproximação, principalmente, no que tange à estimativa de vida útil dos ativos imobilizados em razão de haver a obrigação de revisão anual das mesmas. Isso resultou em uma visão do negócio mais próxima da realidade, apresentando para o investidor uma visão mais adequada da performance do negócio, caracterizada nas IFRS como visão justa e verdadeira (*True and Fair View*).

Palavras-chave: Contabilidade Gerencial; Contabilidade Financeira; Normas Contábeis Internacionais



1. Introdução

O panorama globalizado, segundo Lopes et al. (2012), remete a economia mundial a um movimento dinâmico refletido diretamente nas práticas contábeis e nas decisões que envolvem eventos futuros no mundo dos negócios. Essa movimentação ocorre em ambientes improváveis, visto que, quanto maior a incerteza no ambiente decisório, torna-se mais necessária a utilização da informação contábil. Esses autores ainda mencionam que, nesse ambiente de incerteza, a contabilidade tem a função de reduzir a assimetria informacional. Assim, quanto maior a sua capacidade de minimizar a assimetria, maior será a sua utilidade e capacidade informacional.

Iatridis (2010) e Macedo, Araújo e Braga (2012) apontam que a convergência para as normas internacionais de contabilidade reforça a qualidade da informação contábil, reduz a possibilidade de gerenciamento com interesses próprios nos resultados e conduz à produção de informações mais relevantes. Além disso, tem-se a redução da assimetria da informação com a melhoria do conteúdo informacional dos relatórios financeiros e também um ganho na compreensão das informações, facilitando a comparação entre relatórios financeiros no mercado globalizado.

A introdução das normas IFRS (*International Financial Reporting Standards*) suscitou uma mudança relevante na contabilidade, que passou a evidenciar o valor justo, orientada pela primazia da essência sobre a forma. Como exemplo, quanto aos processos de aquisições ou outras combinações de negócio (fusões e incorporações), o valor contábil utilizado para o registro é o valor de mercado. Anteriormente, os elementos mensurados pela Contabilidade Financeira eram alocados por processos de domínio da Contabilidade Gerencial, podendo esta influenciar na forma de apuração das informações da Contabilidade Financeira, em virtude das características intrínsecas das corporações (GILIO; AFONSO, 2013).

Gilio (2011) investigou se a adoção das normas IFRS, por meio dos pronunciamentos técnicos do CPC, aproximava os conceitos utilizados pela Contabilidade Gerencial e pela Contabilidade Financeira das empresas brasileiras e, como resultado, percebeu-se que houve a constatação de aproximação. O autor afirma ainda que, em alguns processos, tornam-se evidentes essas aproximações, enquanto, em outros, essa aproximação ainda não foi identificada.

Em virtude desse contexto, formula-se o seguinte problema de pesquisa: **Como a implementação das IFRS conduziu a contabilidade societária para um cenário de aproximação com a realidade econômica do negócio e seus impactos na tomada de decisões, com relação às Informações por Segmento (CPC 22) e Imobilizado (CPC 27) em uma empresa do ramo de Telecomunicações?** Assim, o objetivo geral é analisar como a implementação das IFRS numa empresa de Telecomunicações aproximou a contabilidade societária do negócio e impactou a tomada de decisão econômica, em relação às informações por Segmento e Imobilizado.

A presente pesquisa busca elucidar a aproximação de conceitos utilizados pela Contabilidade Gerencial e pela Contabilidade Financeira em relação às Informações por Segmento e Imobilizado em uma empresa do ramo de Telecomunicações. Conforme pesquisas do Instituto de Pesquisa Aplicada - IPEA (2010), o setor de telecomunicações encontra-se em franca transformação e passa a fazer parte de um setor maior, o de TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação), que ganha expressividade no desenvolvimento econômico e social. A onda de



expansão fez o setor, no período de 1996 a 2005, receber R\$ 129,2 bilhões em valor corrente de investimentos nacionais e estrangeiros. De acordo com dados do sítio eletrônico Teleco (2014), o setor de TI/Telecom cresceu em média 6% desde 2009, saltando de um faturamento de cerca de R\$ 92,8 bilhões para R\$ 156,7 bilhões.

Gilio (2011) aborda que a aproximação das informações da Contabilidade Gerencial com a Contabilidade Financeira favorecerá a interpretação e entendimento das eventuais falhas e inconsistências no processo de convergência contábil brasileiro.

O trabalho foi estruturado em cinco seções, incluindo a presente introdução, que apresentou uma breve contextualização sobre o tema, bem como o problema de pesquisa e os objetivos. A segunda seção trata das principais diferenças entre a Contabilidade Gerencial e Contabilidade Financeira e das convergências das normas internacionais, com foco específico nos CPCs 22 e 27. A terceira retrata a metodologia, e a quarta apresenta os resultados da pesquisa. Por fim, a quinta seção contempla os principais resultados do estudo.

2. Revisão da literatura

2.1 Principais Diferenças entre Contabilidade Gerencial e Contabilidade Financeira

Para Iudícibus, Martins e Carvalho (2005); Grande e Beuren (2011), a contabilidade é aliada ao gerenciamento das empresas que, no princípio, voltava-se ao fornecimento de informações aos usuários internos. Com o desenvolvimento dos mercados e negócios marcados por diversas transformações como, alterações no porte e estrutura das organizações, separação entre propriedade e gestão, novas formas de condução dos negócios, aumento do nível de produção, e necessidade de informações e controle acarretaram mudanças nos sistemas operacionais. Consequentemente, essas mudanças deram origem a novas práticas e técnicas gerenciais, trazendo, também, à Contabilidade Financeira uma grande utilidade para os usuários externos.

Conforme Frezatti, Aguiar e Guerreiro (2007), a Contabilidade Financeira tem como foco a informação que auxiliará no processo decisório das pessoas e entidades externas, enquanto a Contabilidade Gerencial visa a atender aos vários níveis hierárquicos e mesmo às áreas funcionais internas, as quais se constituem nos usuários internos. A característica normativa da Contabilidade Financeira é resultante de recomendações, regras e princípios emitidos por órgãos reguladores para a elaboração dos demonstrativos financeiros. Os mesmos autores citam que essas normas podem ser usadas pela Contabilidade Gerencial não por obrigação, mas, sim, pelos interesses internos e externos às empresas.

Assim, a volatilidade e imprevisibilidade do ambiente empresarial fez aumentar o campo de atuação da contabilidade e tornou o processo de gestão mais complexo. Isso fez com que o processo de geração de informações gerenciais fosse configurado para atender as demandas informacionais que viabilizassem a manutenção da competitividade no novo ambiente. Nesse sentido, a Contabilidade Gerencial tem sido reconhecida como um destacado alimentador das informações utilizadas pelos gestores empresariais (SOUZA et al., 2003; FREZATTI et al., 2007).

Para Santos et al., (2011), a contabilidade tem relevância no desenvolvimento dos mercados financeiros e impacta na eficiência das decisões de alocação de recursos financeiros. Por isso, a



importância de ampliação da literatura contábil internacional com a finalidade de evidenciar a relevância e consequências econômicas geradas pela informação contábil.

A falta de harmonização dos padrões contábeis afeta a qualidade da informação contábil para fins de divulgação, o que pode restringir a comparação do desempenho econômico entre companhias de diversos países. Segundo Barth, Landsman e Lang (2007), a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade é um aprimoramento da informação contábil para proporcionar maior qualidade aos relatórios contábeis. O próximo tópico retratará a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade.

2.2 Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade

A contabilidade internacional tem evidenciado a importância da informação contábil, visto que ela está diretamente ligada ao desenvolvimento dos mercados financeiros, ao monitoramento de contratos entre os agentes econômicos, a assegurar a qualidade da informação divulgada e que impacta na redução da assimetria da informação, na eficiência das decisões de alocação de recursos, na redução de conflito de agentes e na redução de custos de transação (SANTOS et al., 2011).

Na perspectiva do IASB (*International Accounting Standards Board*), a adoção das IFRS em âmbito internacional representa uma revolução para a ciência contábil. Uma das grandes exigências, também, a nível internacional, é a maior transparência com relação ao fornecimento de informações das empresas (SZÜSTER et al., 2005). No estudo de Barth, Landsman e Lang (2007), foram investigadas empresas em 21 países que adotaram IAS (*International Accounting Standards*), entre 1994 e 2003, comparando os relatórios antes e pós adoção das IFRS, tendo sido detectado que essas empresas obtiveram mais qualidade em seus relatórios contábeis após a adoção das IFRS.

Entre os fatores que reforçaram a necessidade de melhorias na qualidade informacional da contabilidade, com a convergência à norma internacional, tem-se a expansão dos mercados de capitais. Segundo Oliveira e Lemes (2011), a possibilidade de os investidores direcionarem a alocação de recursos financeiros para distintas corporações dispersas pelo mundo fez com que a escolha entre as alternativas de investimentos seja subsidiada em relatórios contábeis que evidenciem a eficiência da gestão da empresa e predições do emprego de capital.

Assim, segundo Schvirch, Lunkes e Gasparetto (2012), com a expansão do mercado de capitais, fez-se necessário para as corporações uma melhoria no nível de evidenciação de informações com a expectativa de atrair maior número de investidores. Oliveira e Lemes (2011) ressaltam que, “como forma de estímulo ao fluxo de capitais entre os países membros da União Europeia, o Parlamento Europeu estabeleceu, por meio do Regulamento 1.606/2002, a adoção das Normas Contábeis Internacionais.”

Nesse contexto de convergências às normas internacionais, Macedo, Araujo e Braga (2012) apoiam-se nos estudos de Ball e Brown (1968) e Beaver (1968) para salientarem a importância do conhecimento sobre os efeitos gerados pela adoção da IFRS nas informações financeiras. Para Macedo, Araujo e Braga (2012, p.2), “a alteração da forma de reconhecimento e mensuração pode acarretar alterações na associação entre preços de ativos e informações financeiras e, por conseguinte, na relevância dessas informações para o mercado de capitais”.



Segundo Jensen e Meckling (1976), no relacionamento de agência, a assimetria da informação é resultante do conflito de interesses entre principal e agente e pode influenciar na eficiência das decisões de alocação de recursos. É imprescindível ressaltar o arcabouço teórico do conflito de agência, que será apresentado no próximo tópico.

2.2.1 Teoria da Agência

Segundo Hendriksen e Van Breda (2009), a teoria do agente é um modelo corporativo de tomada de decisões que envolvem dois indivíduos: um, denominado agente, e o outro, principal. O agente é contratado pelo principal para o qual cumpre tarefas, recebendo remuneração por sua habilidade de gestão. O principal é responsável por avaliar as informações e pela escolha do próprio sistema de informações que irá contribuir para a tomada de decisões.

Para Jensen e Meckling (1976), poder-se-ia definir uma analogia para a teoria da agência como sendo um acordo no qual uma ou mais pessoas (acionistas) empregam outra pessoa (agente/administrador) para desenvolver trabalhos em seu favor, envolvendo a incumbência de alguma autoridade de decisão para esse agente/administrador. Esses autores ainda descrevem que a teoria da agência se desenvolveu sob três pilares: monitoramento do principal, ações que garantem que o agente não prejudique o principal, e perdas residuais por ações do agente.

A separação entre propriedade e controle faz com que a contabilidade seja responsável por informar sobre a utilização do capital sob a custódia da empresa, de modo a determinar até que ponto a administração está executando a função de gerir a empresa de acordo com os interesses dos proprietários (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2009).

No estudo de Gonzaga e Costa (2009), cujo objetivo evidenciou empiricamente a relação do conservadorismo contábil com os conflitos sobre as políticas de dividendos, os autores abordaram a teoria da agência sob a ótica de Lopes e Martins (2005), que propõem a estrutura para que a contabilidade cumpra seu papel enquanto geradora de informações. Nesse sentido, é considerado que os acionistas sempre estarão interessados nos resultados alcançados pelos gestores, tendo em vista que informações oferecidas por esses últimos sobre a organização aos acionistas reduzem a assimetria informacional e auxiliam na projeção de fluxos de caixa futuros e na formação de preços.

Portanto, a Teoria de Agência enfatiza a prioridade da informação no processo de decisões, podendo a divulgação de informações por segmentos operacionais ser caracterizada como ferramenta auxiliar na redução da assimetria informacional. Esse tipo de divulgação evidencia, nas demonstrações financeiras, os dados que são utilizados internamente na tomada de decisão (SOUZA, 2013). Medeiros e Quinteiro (2008) elencam os estudos de Cooper, Kaplanis (1994), Tesar, Werner (1995), Bushman e Smith (2001), Young e Guenther (2003), Eng e Mak (2003), Bushman, Piotroski e Smith (2004), Khanna, Palepu e Srinivasan (2004), que evidenciam a relação entre o *disclosure* de informações contábeis e os efeitos econômicos.

Assim, a publicação sistemática de informações por segmento pode ratificar essa relação, além de beneficiar os usuários da contabilidade com a segregação de informações qualitativas, o que será abordado no próximo tópico.

2.2.2 Informações por Segmento

A informação contábil passa pelo processo de normatização, com o objetivo de melhorar o *disclosure*. Seguindo essa premissa de melhoria e como parte da adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS) pelas empresas brasileiras, foi instituído o CPC 22 – Informações por Segmento. De acordo com esse pronunciamento, as companhias abertas brasileiras, a partir do exercício de 2010, devem publicar, como parte de suas demonstrações anuais, as informações por segmento (SCHVIRCK; LUNKES; GASPARETTO, 2012).

A divulgação de informações aos usuários, permitindo a estes avaliar a natureza e os efeitos financeiros das atividades operacionais da organização e o ambiente econômico onde ela está inserida. O relatório de informações por seguimento é válido para demonstrações contábeis separadas, consolidadas e ou individuais. O relatório de informação por segmento possibilita conhecer o ambiente operacional, os produtos e serviços, área geográfica e principais clientes de uma organização (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 22, 2013. p. 547-553).

As *holdings* são os agrupamentos corporativos que atuam em diversas áreas geográficas e em distintos negócios em atendimento à nova realidade de mercado internacional. Elas normalmente gerenciam as atividades desses conglomerados de forma consolidada, com o agrupamento dos diversos tipos de negócios. Dessa forma, informações que podem ser relevantes para o agente interessado na empresa são apresentadas de forma consolidada ao mercado (SCHVIRCK; LUNKES; GASPARETTO, 2012).

No intuito de se terem informações com maior grau de detalhamento, a aplicação do CPC 22, baseado no IFRS 8, busca mostrar ao mercado como as empresas atuam em cada um dos segmentos, proporcionando aos *stakeholders*¹ conhecerem os riscos e as possibilidades inerentes a cada ramo de atuação (SCHVIRCK; LUNKES; GASPARETTO, 2012).

Na perspectiva de Gilio e Afonso (2013), o CPC 22 - informação por segmento é uma forma de evidenciação, em conformidade com as normas internacionais, que favorece a aproximação entre a Contabilidade Gerencial e a Financeira. Para os autores, esse fato ocorre devido à norma internacional estabelecer que critérios de rateio de custos, típicos da contabilidade de custo, sejam utilizados para gerar informações aos usuários externos. Outro fator de aproximação entre as contabilidades gerencial e financeira se refere às informações sobre áreas geográficas, pois, em conformidade com o CPC 22, caso a informação por região geográfica dentro do Brasil seja relevante e utilizada gerencialmente, devem-se observar as mesmas regras de evidenciação.

Parte integrante do objeto deste estudo é a evidenciação da aproximação no que tange ao contexto contábil dos ativos imobilizados e sua nova estrutura. Segundo Gilio (2011), o estudo da contabilização da depreciação de ativos é uma questão polêmica, pois, por muito tempo, essa contabilização se deu conforme legislação tributária específica e muito pouco sem considerar a

¹ Inclui aqueles indivíduos, grupos e outras organizações que têm interesse nas ações de uma empresa e que têm habilidade para influenciá-la (SAVAGE; NIX; WHITEHEAD; BLAIR, 1991) apud (LYRA; GOMES; JACOVINE, 2009).



vida útil econômica do ativo. Assim, o próximo tópico apresenta conceitos que irão caracterizar o imobilizado e sua nova estrutura.

2.2.3 Imobilizado – Depreciação

A Lei nº 11.638/07 determina que o Ativo Imobilizado é representado pelos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia e os transferidos a ela: os benefícios, os riscos e o controle desses bens. Segundo a definição emitida pelo Pronunciamento Técnico CPC 27, o Imobilizado é o ativo tangível mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos e que se espera utilizar por mais de um ano (FIPECAFI, 2010).

A IAS 16, que, no Brasil, é regida pelo CPC 27, tem o objetivo de prescrever o tratamento contábil para o imobilizado, de modo a fornecer aos usuários das demonstrações financeiras informações sobre investimentos em imobilizado e as mudanças nesses investimentos.

De acordo com o CPC 27, um imobilizado deve ser reconhecido como ativo se for provável que benefícios econômicos futuros associados a esse item serão gerados para a entidade e o custo possa ser medido confiavelmente (Comitê de Pronunciamentos Contábeis. CPC 27, p. 653-668).

Nesse sentido, a depreciação representa o processo de alocação sistemática dos custos ativados. Os elementos que integram o Ativo Imobilizado têm um período estimado de vida útil econômica, sendo, com o transcorrer do tempo, os benefícios econômicos gerados pelo Ativo consumidos. Apesar de o declínio no potencial de serviços não ser constante, a contabilidade necessita de uma metodologia para reconhecimento dessa perda (FREIRE et al., 2012).

A depreciação dos ativos e a respectiva despesa de depreciação são regulamentadas de forma que sejam contabilizadas pelo atributo econômico do consumo do ativo, afastando-se de regras práticas, como a aplicação de depreciação linear do valor resultante da diminuição de valor contábil e valor residual (GILIO; AFONSO, 2013, p. 8).

No estudo de Eckert et. al (2012), foi evidenciado que, em razão da adoção do CPC 27 - Ativos Imobilizados, houve um aumento no tempo da vida útil dos ativos, conseqüentemente, com a utilização do método linear de depreciação e com o valor residual depreciado em um tempo maior, tem-se um valor de depreciação menor reconhecida no resultado. Dessa forma, existe uma redução nos custos e despesas com depreciação, o que gera um impacto positivo no resultado. Esse aumento de vida útil pode ter ocorrido em razão de as entidades aproveitarem o momento da adoção das IFRS para reverem seus procedimentos contábeis associados ao reconhecimento e mensuração de ativos imobilizados.

Portanto, com a adesão às normas internacionais de contabilidade, a prática de depreciação dos ativos adere à nova concepção, na qual, a essência prevalece sobre a forma. Eckert et al. (2012) ressaltam, com base no CPC 27, que a vida útil de um ativo passa a ser definida em termos de expectativa de uso, sendo as taxas admitidas pela legislação fiscal abandonadas. Assim, a vida útil de um ativo é estimada por julgamento baseado em percepções próximas à realidade econômica.

Após discussão teórica sobre a diferença entre contabilidade gerencial e societária, convergências às Normas Internacionais de Contabilidade, conjugados com o arcabouço



conceitual sobre a Teoria da Agência, Informação por Segmento e Imobilizado, discutem-se os procedimentos metodológicos aplicados na pesquisa.

3. Metodologia de Pesquisa

A presente pesquisa foi classificada, quanto à abordagem do problema, como qualitativa. Conforme Creswell (2007) e Schwandt (2006), a pesquisa qualitativa ocorre em um cenário natural, utiliza processo de raciocínio indutivo e dedutivo, emprega diferentes estratégias de investigação e métodos de coleta e análise de dados e com base fundamental nas interpretações dos pesquisadores. O interpretativismo é um processo intelectual pelo qual um pesquisador adquire conhecimento sobre um determinado objeto de investigação (CRESWELL, 2007; SCHWANDT, 2006).

Para o alcance do objetivo proposto, no que tange aos procedimentos, adotou-se o estudo de caso, que foi realizado em uma companhia no segmento de telecomunicações, com a perspectiva de aprofundar os conhecimentos a respeito da aproximação de conceitos utilizados pela Contabilidade Gerencial e pela Contabilidade Financeira.

O estudo de caso configura-se como um processo de investigação empírica de fenômeno contemporâneo no contexto da vida real, e constitui-se como uma estratégia de pesquisa que contribui com o conhecimento dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais, políticos e de grupo, com a expectativa de compreender fenômenos sociais complexos (YIN, 2005).

Para assegurar a confiabilidade do estudo de caso, foi organizado o protocolo de investigação, conforme Apêndice A. Segundo Yin (2005, p. 82), “o protocolo é uma maneira especialmente eficaz de lidar com o problema de aumentar a confiabilidade dos estudos de caso.”

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas com os gestores (coordenadores) das áreas de controladoria e planejamento da empresa Algar Telecom. Para a realização das entrevistas, organizou-se um roteiro semiestruturado que foi baseado no estudo de Gilio e Afonso (2013).

Segundo Trivínos (1987), a entrevista semiestruturada conserva a atuação do pesquisador na coleta de dados, o que favorece a descrição, explicação e compreensão dos fatos sociais em sua totalidade. Ela é caracterizada por perguntas básicas que são suportadas por teorias e hipóteses relacionadas ao tema pesquisado.

Para triangulação dos dados, foi utilizada a pesquisa documental, com a análise de relatórios financeiros consolidados referentes à competência de 2013, divulgados no site da empresa. Segundo Beuren (2008, p. 89), “a pesquisa documental baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

Para sustentação da pesquisa documental, toma-se como base o princípio da Teoria da Agência, como foco de averiguar a redução da assimetria informacional do relatório contábil com a convergência das normas contábeis.

3.1 Perfil da Empresa Estudada

A Algar Telecom S/A, anteriormente, denominada Companhia de Telecomunicações do Brasil Central, com sede na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, é uma empresa 100% brasileira.



Ao final de 2013, empregava 13.813 funcionários, tendo apresentado um desempenho operacional de cerca de 2,8 milhões de Unidades Geradoras de Receitas (URG) em seu segmento de Telecom, um acréscimo de 21,1% em relação a 2012.

A empresa está presente nas principais regiões do Brasil, atendendo a mais de 1 milhão clientes - pessoas físicas, micro e pequenas empresas, clientes corporativos e operadoras - nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraná e Distrito Federal. A sustentabilidade e a inovação permeiam toda a organização, desde o desenvolvimento de tecnologia de ponta até a estrutura de rede com menor consumo de energia (ALGAR TELECOM, 2014).

As suas atividades fundamentais correspondem à prestação de serviços de telefonia fixa e comunicação de dados, em concordância com as concessões, autorizações e permissões que lhe são outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL (ALGAR TELECOM, 2014).

A Companhia é a holding operacional do segmento de tecnologia e telecomunicações do Grupo Algar, cujas operações, incluindo as exercidas por suas controladas, abrangem a prestação de serviços de telefonia celular, telecomunicações e multimídia, *Contact Center*, *Business Process Outsourcing* ("BPO"), TI e consultoria especializada. Suas operações envolvem ainda serviços gráficos, edição de jornais e listas telefônicas, TV a Cabo, serviço de distribuição de sinais de televisão e de áudio, por assinatura, via satélite ("DTH"), comunicação de dados, internet em banda larga, Data Center, engenharia de telecomunicações e outros relacionados com as atividades de telecomunicações (ALGAR TELECOM, 2014).

4. Análise dos resultados

A análise de resultados será apresentada, evidenciando-se os resultados qualitativos obtidos pelas análises documentais e pelas entrevistas com os coordenadores da área de controladoria da empresa. Essas entrevistas foram feitas junto aos coordenadores de Controladoria da Empresa Algar Telecom elencados abaixo:

- E1: Coordenadora de Controladoria.
- E2: Coordenadora de Planejamento Financeiro e Orçamento.
- E3: Coordenadora de Ativos.
- E4: Contador.

As entrevistas foram realizadas no dia 24 de junho de 2014, na sede da empresa, e as gravações foram feitas individualmente, em um tempo médio de 50 minutos, com a autorização dos mesmos. É necessário enfatizar que os respondentes E3 e E4 consolidaram suas respostas também por escrito

4.1 Análise Documental: Demonstrativos Financeiros

Ao analisar as notas explicativas da companhia, foi demonstrado que, dentre as quatro opções para evidenciação da informação por segmento (segmentos operacionais, Produtos e Serviços, Áreas Geográficas e Principais Clientes) em conformidade com o CPC 22, embasado

no critério de agregação contido no item 12, a empresa optou pelo segmento operacional, denominado no demonstrativo como segmento de negócio.

Os ativos imobilizados são mensurados ao custo de aquisição, ou em construção, deduzido dos impostos compensáveis e da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Ressalta-se que essa é uma das possibilidades de mensuração permitidas pelas IFRS, porém, no mercado brasileiro, é a única opção possível, já que a reavaliação de ativos foi vedada pela Lei 11.638/07.

4.2 Informações por Segmento

Quanto às informações sobre a aproximação entre a gestão do negócio e a contabilidade societária no que tange à segmentação de mercado, não foram observadas, de uma forma geral, mudanças significativas, o que corrobora com as conclusões de Gilio e Afonso (2013, p. 15), que citam “a complexidade de evidenciação por segmento por parte das empresas em resistir e mostrar critérios gerenciais ao público externo”. Inicialmente, observaram-se as respostas redigidas pelos respondentes E3 e E4.

Quanto às informações por segmento, não houve alteração nas divulgações, pois após a adoção dos CPC's manteve-se a divulgação do negócio Telecomunicações onde engloba os serviços de telefonia fixa, celular, dados, internet e TV, considerando os 4CNPJ's que operam neste segmento "Algar Telecom" embasado nos critérios de agregação contidos no CPC 22 - informações por segmento item 12, que menciona sobre similaridade da natureza dos produtos/serviços prestados, processos de produção, categoria de clientes, natureza regulatória.

Tendo em vista que a empresa Algar Telecom adota um único segmento para divulgação e gerenciamento do negócio não é observada influência relevante para tomada de decisões pela aplicação das normas atuais.

Outra posição dos entrevistados foi:

E1 – O que mudou muito na nossa empresa foi a forma que agente cresceu [...] Agente mudou para esta visão de segmento e acho que reflete melhor a realidade do mercado (...) O cliente quer estar conectado, então esta visão de produto ela não faz muito sentido porque o cliente hoje quer tudo quanto é forma de conexão rápida.

E2 – Não houve mudança [...]Essa parte quando eu falo de segmento, rentabilidade de segmentos, essa nem é a parte que a gente divulga para externo não, é um controle bem mais interno.

Quanto às informações por segmento, não houve, conforme posição dos entrevistados, mudanças quanto à forma com que a empresa gerenciava e divulgava seus ativos. No tópico a seguir, analisam-se o efeito na mensuração e o reconhecimento dos ativos imobilizados.

4.3 Imobilizado/Depreciação

A aproximação entre a gestão do negócio e a contabilidade societária no que tange ao Imobilizado/Depreciação foi evidenciada de forma clara pela fala dos respondentes, inclusive, demonstrando uma melhoria no conteúdo informacional dos procedimentos contábeis, contribuindo com a efetividade da tomada de decisões dos acionistas, bem como reduzindo a assimetria das informações e os possíveis conflitos entre os acionistas/principal e gestores/agente, o que é enfatizado pela teoria da agência de Hendriksen e Van Breda (2009) e Jensen e Meckling (1976). A aproximação entre a contabilidade gerencial e a financeira, identificada nas entrevistas realizadas, corrobora com o estudo de Gilio e Afonso (2013), os quais consideraram que houve significativas evidências de aproximação de uma forma genérica entre a Contabilidade Financeira e a Contabilidade Gerencial.

Quanto às respostas redigidas pelos respondentes E3 e E4, foi ressaltado:

Com relação ao Imobilizado/Intangível sim, existiu aproximação, pois houve a segregação em relação a divulgação destes ativos e houve a inclusão da divulgação das vidas úteis estimadas [...] Houve aproximação quanto à aplicação de vidas úteis estimadas para 100% dos ativos (imobilizado e intangível), revisados anualmente. Houve revisão dos contratos de leasing, onde 100% dos contratos Algar Telecom foram enquadrados no conceito de leasing financeiro passando a fazer parte do ativo imobilizado da empresa sendo os custos apropriados ao resultado via depreciação e não despesa operacional melhorando assim o EBITDA². Houve revisão dos valores residuais dos ativos de grande relevância quando do momento da sua venda. Ex: Substituição de frota, onde os valores estimados para venda passaram a não impactar a depreciação deste grupo de ativos.

Contribuindo com o questionamento, os entrevistados mencionaram que:

E1 – Eu acho que uma das grandes vantagens do IFRS foi trazer a visão do negócio muito próxima da realidade do mercado [...] A gente pode refletir a realidade de utilização dos nossos bens, a gente pode refletir a realidade econômica tanto dos ativos quanto dos passivos. Acho que trouxe principalmente para o investidor uma melhor visão do desempenho do negócio.

O principal benefício é que hoje se aproxima de uma visão real de ganho e perspectiva de ganho financeiro da empresa, entretanto a adoção inicial trouxe um trabalho muito grande para as pessoas, para as equipes de discussão [...] foi muito difícil essa primeira inserção.

Percebe-se, pelo relato dos entrevistados, que a aproximação das informações gerenciais e financeira, por meio da adoção de normas societárias, beneficiou a compreensão do negócio, não deixando de se ressaltarem os desafios da implementação das normas internacionais de contabilidade. Foi enfatizado, ainda, pelos participantes das entrevista que:

E1 – No que se refere ao imobilizado a grande rotina que passou a ser executada anualmente, foi a revisão de vida útil.

² EBITDA é definido na Instrução CVM 527/12 como – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização

E2 –Com relação ao reconhecimento do ativo imobilizado, aí sim foi uma inovação porque essa parte agente não considerava, o pessoal fazia o planejamento da parte que era o financiamento. [...] Aqui agente não tem muito a Contabilidade Gerencial diferente da Contabilidade Financeira, até por questões de conciliação e dificuldade de poder explicar isso no dia-a-dia [...] Em termos de orçamento agente adequou as práticas do orçamento também para ficarem iguais as da contabilidade e tudo que é Contabilidade Gerencial nossa parte da Contabilidade Societária.

Na visão geral dos gestores da organização, notam-se benefícios na adoção das IFRS, bem como trabalhos adicionais necessários para a implementação das normas.

4.4 Entendimento Geral dos gestores

De uma forma geral, a percepção sobre a aproximação entre a Contabilidade Financeira e os negócios da empresa e a própria tomada de decisões ficou evidente na fala dos entrevistados, principalmente, com relação ao CPC 27 Imobilizado. Nas respostas redigidas pelos respondentes E3 e E4, foi evidenciado.

A contabilidade societária da empresa adota o conceito da essência sobre a forma como é requerido a partir da adoção dos IFRS. [...] Sim houve aproximação entre os padrões contábeis à gestão do negócio, principalmente devido a obrigatoriedade de revisões anuais. [...] A revisão é realizada anualmente por especialistas internos sem custo para a organização, a fim de garantir que as decisões gerenciais do negócio estejam de acordo com a contabilidade societária.

A opinião de E1 foi a seguinte:

E1 – Com certeza as decisões eram tomadas com base na Contabilidade Fiscal um pouco distante da realidade, atualmente a tomada de decisão é muito mais segura e próxima da realidade do mercado e do negócio. [...]. Anteriormente os gestores tomavam decisão baseados na Contabilidade Fiscal [...] E depois com o IFRS os gestores tomam a decisão envolvendo a contabilidade como um todo, ou seja, gerencial e financeira.

E4 – [...] as implementações das IFRS facilitou mais ainda, deixou de ser tão necessária aquela segunda contabilidade, [...] o que agente utilizava como ajuste agora ficou completo, ficou bem mais próximo da real situação da empresa.

Apesar da declaração de que, anteriormente à adoção das IFRS, a empresa já utilizava a contabilidade financeira como base de informações para tomada de decisões, verificou-se, conforme relato dos participantes E3 e E4, que houve melhoria nas informações societárias providas anteriormente.

A contabilidade societária é a fonte de informações para as análises gerenciais e de tomada de decisões, porém com a adoção das novas normas houve uma melhoria nas informações societárias (E2)



E1 – Na verdade a aproximação é total, o pilar de toda a base é a contabilidade [...] Há uma visão por segmento de negócio corporativo que é empresarial, varejo, pequenas e médias empresas, toda a evidenciação é feita pelos relatórios contábeis financeiros.

Assim, percebe-se que os gestores concordam que a aproximação da contabilidade financeira e a gerencial, principalmente, para o negócio em estudo, o qual trabalha com vários segmentos.

5. Considerações Finais

O objetivo do presente trabalho foi o de fazer uma análise sobre a aproximação entre a Contabilidade Gerencial, os negócios e a tomada de decisões e a Contabilidade Financeira após a adoção das normas internacionais de contabilidade, com relação às informações por segmento (CPC 22) e Imobilizado/Depreciação (CPC 27). Para tanto, foi realizado um estudo de caso em uma empresa de telecomunicações, a ‘Algar Telecom’.

Os resultados evidenciaram que houve uma aproximação, principalmente, no que tange ao Imobilizado/Depreciação, à estimação da vida útil e à obrigação de revisão anual. Verificou-se que houve benefícios, pois a adoção trouxe uma visão do negócio mais próxima da realidade, apresentando ao investidor uma melhor efetividade sobre o desempenho da empresa.

Os gestores participantes relataram a não utilização de uma Contabilidade Gerencial segregada da Financeira, porém percebe-se que a adoção das normas internacionais de contabilidade sancionou processos gerenciais, trazendo benefícios à empresa, verificados na redução de despesas pelas reavaliações de vida útil dos bens do ativo imobilizado. Outra evidência da aproximação foi a presença da característica contábil denominada essência sobre a forma, característica esta adquirida após a adoção das normas internacionais. As decisões, que antes eram tomadas por meio de análises da Contabilidade Fiscal e distantes da realidade, foram alteradas para decisões mais seguras e próximas das reais necessidades impostas pelo mercado.

Não foi possível identificar junto aos entrevistados o efeito de diferenças na divulgação das informações quanto à segmentação de mercado após a adoção das normas internacionais, uma vez que não houve alterações nas divulgações, devido ao fato de que há similaridade entre os segmentos relacionados à empresa, não havendo a obrigação de segregação dos mesmos. A produção de informações e relatórios por canal, produto, cliente e outras divisões são apenas internamente, podendo tais implicações direcionarem outros estudos.

Sugere-se, para futuras pesquisas, um aprofundamento sobre a aproximação entre a Contabilidade Gerencial e a Financeira após a adoção das normas internacionais, com o propósito de dar continuidade às discussões sobre implicações em relação à divulgação de informações de segmento. Essas discussões poderão contribuir para a legitimação dessa temática no processo decisório, que afeta o desempenho operacional, gerencial e estratégico das organizações.

Referências



ALGAR TELECOM (n.d.). **Conheça um pouco mais a Algar Telecom.** Disponível em: <<http://www.algar telecom.com.br/section.do?CodSec=14295>>. Acesso em: 20 maio 2014.

BARTH M. E.; LANDSMAN, W. H.; LANG, M. International Accounting Standards and Accounting Quality. *Journal of Accounting Research*. v. 46, n. 3. p. 467–498 Jun. 2008.

BEUREN, I. M.; (Org.) LONGARAY, A. A.; RAUPP, F.M.; SOUSA, M.A.B.; COLAUTO, D.R.; PORTON, R. A. B. Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências Sociais. In: _____ **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática.** São Paulo: Atlas, 2008.p. 76 – 97.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamentos técnicos contábeis 2012. **CPC 22** de 02 de Abril de 2009. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2013.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamentos técnicos contábeis 2012. **CPC 27** de 26 de Junho de 2009. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2013.

CVM – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Instrução CVM 527** de 04 de outubro de 2012. Disponível em <<http://www.cvm.gov.br/legislacao/inst/inst527.html>>. Acesso em: 20 maio 2014.

CRESWELL J. W. **Projeto de Pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

ECKERT, A.; MECCA, M. S.; BIASIO, R.; SOUZA, K. M. Normas contábeis de reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado: impacto em empresas de bens industriais gaúchas listadas na BM&FBOVESPA. **Revista de Contabilidade e Controladoria** v. 4, n. 2 p. 69-89 maio/ago. 2012.

FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. **Manual de Contabilidade Societária:** aplicável a todas as sociedades de acordo com as Normas Internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.

FREIRE, M. D. M.; MACHADO, M. R. R.; MACHADO, L. S.; SOUZA, E. S.; OLIVEIRA, J. J. Aderência às Normas Internacionais de Contabilidade pelas Empresas Brasileiras. **Revista de Contabilidade e Organizações** v. 6, n. 15 p 3-22, maio/ ago. 2012

FREZATTI, F.; AGUIAR, A. B.; GUERREIRO, R. Diferenciações entre a Contabilidade Gerencial: uma pesquisa empírica a partir de pesquisadores de vários países. **Revista Contabilidade e Finanças**, USP, São Paulo, n. 44, p. 9-22, maio/ago. 2007.

FREZATTI, F.; GUERREIRO, R.; AGUIAR, A. B.; GOUVÊA, M. A., Análise do Relacionamento entre a Contabilidade Gerencial e o Processo de Planejamento das Organizações



Brasileiras. **RAC**, edição especial, p. 33-54.2007.

GILIO, L.; AFONSO, L. E. Grau de aproximação entre a Contabilidade Gerencial e a Contabilidade Financeira em função de convergência às normas do IASB. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 16.n. 3, p. 70-89, set./dez. 2013.

GONZAGA, R. P.; COSTA, F. M. A relação entre o conservadorismo contábil e os conflitos entre acionistas controladores e minoritários sobre as políticas de dividendos nas empresas brasileiras listadas na Bovespa. **Revista Contabilidade e Finanças**, USP, São Paulo, v. 20, n. 50, p. 95-109, maio/ago. 2009.

GRANDE, J. F.; BEUREN, I. M. Mudanças de práticas de contabilidade gerencial: aplicação da análise de discurso crítica no relatório da administração de empresa familiar. **Base – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 133-145, abr./jun. 2011.

HENDRIKSEN, E. S.; BREDA, M. F. Van. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

IATRIDIS, G. International Financial Reporting Standards and the quality of financial statement information. **International Review of Financial Analysis**. p 193-204 mar. 2010.

IFAC - International Federation of Accountants International. **Evaluating and improving Costing in Organizations**. jul./2009. Disponível em: <<https://www.ifac.org/publications-resources/evaluating-and-improving-costing-organizations-0>>. Acesso em: 10 maio 2014.

IPEA – Instituto de Pesquisa Aplicada. **Desafios e Oportunidades do Setor de Telecomunicações no Brasil**. Mai/2010. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/100607_comunicadoipea57.pdf. Acesso em: 20 maio de 2014.

IUDICIBUS, S.; MARTINS, E.; CARVALHO, L. N. Contabilidade: aspectos relevantes da epopéia de sua evolução. **Revista Contabilidade Financeira** n. 38, p. 7-19, maio/ago. 2005.

JENSEN M.; MECKLING, W. Theory of the firm: Managerial behavior, agency cost, and ownership structure. In: **Journal of Financial Economics**. 1976. p. 305-360.

LEMES, S.; OLIVEIRA, V. A. Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras. **Revista Contabilidade Financeira**, v. 22, n. 56, p. 155-173, maio/jun. / jul./ago. 2011.

LOPES, A. B.; OLIVEIRA, A. T.; SANTOS, A.; SOUTES, D. O.; MARTINS, E., GABRIEL, F.; RECH, I. J.; FARIAS, K. T. R. **Contabilidade e Finanças no Brasil**: estudo em homenagem ao professor Eliseu Martins (organização Alexandro Broedel Lopes) 1 ed. São Paulo: Atlas, 2012.



MACEDO M.A.S.; ARAÚJO, M. B. V.; BRAGA J. P.. Impacto do Processo de Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade na Relevância das Informações Contábeis. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 6, n 4, p. 367-382, out./dez. 2012.

QUINTEIRO, L. G. L.; MEDEIROS, O. R. Evidenciação Contábil e Volatilidade dos Retornos das Ações no Brasil. In: XXIX ENANPAD, 2005, Brasília - DF. **Anais...** Brasília: ANPAD, 2005.

RICHARDSON, R. J; PERES, J. A. S.; WANDERLEY, J. C. V.; CORREIA, M. L.; PERES, M. H. M. **Pesquisa social: método e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SANTOS, L. P. G.; LIMA, G. A. S. F.; FREITAS, S. C.; LIMA I. S. Efeitos da Lei 11.638/07 sobre o conservadorismo condicional das empresas listadas BM&FBOVESPA. **Revista Contabilidade Financeira**, v. 22, n. 56, p. 174-188, maio/jun / jul./ago. 2011.

SCHVIRCK, E.; LUNKES R. J.; GASPARETTO, V. Divulgação de informações por segmento: panorama de aplicação do CPC 22. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 7, n 2, p. 131-146, abr./jun. 2013.

SCHWANDT, T. A. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Tradução Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed 2006.

SOUZA, J. A. **Informações sobre Segmentos Operacionais: práticas e determinantes de divulgação**. 2013. 101 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

SZÜSTER, N.; SZÜSTER, F. R; SZÜSTER, F. R. Contabilidade: atuais desafios e alternativa para seu melhor desempenho. **Revista Contabilidade Financeira**, n. 38, p. 20-30, maio/ago. 2005.

TELECO. 2014. Seção: Indústria. Disponível em <<http://www.teleco.com.br/industria.asp>>. Acesso em: 07 abril 2015.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, R. K. **Estudo de caso Planejamento e Métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.